

Estância Turística de Salto, 19 de dezembro de 2022.

OFÍCIO CONV/245/2022

AO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIÃO

A Prefeitura de Salto vem por meio deste apresentar o documento abaixo relacionado conforme solicitado.

**1. Declaração de Regularidade no Pagamento de Precatórios Judiciais**

Sem mais, apresentamos nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**Lia Dias**  
Setor de Convênios  
Secretaria de Administração e Governo Digital

Lia Dias  
DIR. de Convênios e  
Planejamento das Contratações  
Sec. Adm. Governo Digital

## Declaração de Regularidade no Pagamento de Precatórios Judiciais <sup>1</sup>

### Inciso II do Art. 22 da PI 424, de 30/DEZ/16

Eu, Laerte Sonsin Junior, portador do CPF 072.777.368-26 e RG 19.308.602-5 SSP/SP, cargo de Prefeito Municipal, que essa subscrevo, em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 22 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016, **DECLARO**, sob as penas da lei, que o Município de Salto Estado de São Paulo CNPJ: 46.634.507/0001-06, Av. Tranquillo Giannini, 861 - Distrito Industrial, Salto - SP, 13329-600, está regular quanto ao pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 97, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Por ser verdade, firmo a presente no exercício do respectivo cargo.

Salto, 12 de dezembro de 2022

  
\_\_\_\_\_  
Laerte Sonsin Junior  
Prefeito Municipal

#### <sup>1</sup> Notas explicativas:

1. A regularidade no pagamento de precatórios judiciais do proponente deve ser comprovada preferencialmente por certidão emitida pelos respectivos Tribunais de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal. No caso de envio dessas certidões, a presente declaração não é necessária.
2. Na ausência dessas certidões, o proponente deve assinar a presente declaração e enviá-la ao concedente, juntamente com os comprovantes de remessa aos respectivos Tribunais.
3. A presente declaração é válida no mês de sua assinatura e deve ser assinada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Secretário de Finanças.
4. Nos casos de apresentação das declarações pelo proponente, o concedente deve consultar a Plataforma +Brasil, para verificar se existe registros de irregularidades relativos ao pagamento de precatórios junto aos respectivos Tribunais, na funcionalidade: <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/irregularidadeTribunal/gerarExtratoIrregularidadeTribunal.jsf>
5. Caso haja registro de irregularidade na Plataforma, o referido prevalecerá em relação a declaração.
6. Caso haja registro de irregularidade na Plataforma, divergente de certidão de regularidade emitida diretamente pelo Tribunal, o concedente deve observar as datas de validade da certidão e a respectiva data e anexo relativo ao registro de irregularidade da Plataforma, bem como a inconsistência deve ser informada ao Ministério da Economia, para verificação e eventual correção na Plataforma +Brasil, se for o caso, por meio de e-mail para: [normas.transferencias@economia.gov.br](mailto:normas.transferencias@economia.gov.br).